

Um patrimônio esmaecido: a produção açucareira, o Beco do Caminho Curto e a presença quilombola em Joinville (SC)¹

Andrew Bernardo Corrêa²

Roberta Barros Meira³

Resumo: A presença da população negra escravizada e livre, e seus descendentes, é marcada por um forte silenciamento na historiografia oficial de Joinville (SC). A história da cidade muitas vezes é caracterizada por um discurso que privilegia a presença dos colonos europeus que se estabeleceram na região após a criação da Colônia Dona Francisca, em 1851. O artigo busca analisar a história dessas populações e o seu apagamento, considerando o contexto social, econômico e político que envolveu diversos atores. São discutidas novas abordagens sobre a história de Joinville que abarquem a escravidão, a produção açucareira e a posse da terra.

Palavras-chave: Escravidão; História Oficial; Quilombos.

A fading patrimony: sugar production, Beco do Caminho Curto and quilombola presence in Joinville (SC, Brazil)

Abstract: The presence of enslaved and free black people and their descendants is marked by strong silencing in the official historiography of Joinville (SC, Brazil). The history of the city is often characterized by a discourse which favors European settlers' presence, the ones who colonized the region after the creation of Dona Francisca Colony, in 1851. The article seeks to analyze the history of the erased black people, considering their social, economic, and political context as well as many other factors. New accounts on the History of Joinville which involve slavery, sugar production and land possession are also discussed.

Keywords: Slavery; Official History; *Quilombos* Remaining People.

1 Introdução

Situado na zona rural de Pirabeiraba (Joinville, SC, Brasil), o Beco do Caminho Curto tem provocado debates pela sua importância como patrimônio cultural, social e histórico da cidade de Joinville. Os contrapontos suscitados compõem a questão-problema que é chave para esta pesquisa, pois o processo que levou escravizados, libertos, livres e seus descendentes a se estabelecerem na região de Pirabeiraba questiona a concepção cultivada pela sociedade joinvilense de cidade tipicamente alemã. A construção dessa narrativa ligada à imigração alemã e a homogeneidade da narrativa proposta pela história oficial,

1 Este artigo faz parte do Dossiê Jornadas Mercosul. O evento VI Jornadas Mercosul Memória, Ambiente e Patrimônio ocorreu na Universidade La Salle de 11 a 13 de novembro de 2020.

2 Graduando em História pela Universidade da Região de Joinville (Univille). Endereço Postal: Rua Paulo Malschitzki, 10 - Zona Industrial Norte Joinville - SC 89219-710. E-mail: andrew-musica@hotmail.com

3 Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora da Universidade da Região de Joinville (Univille).

somadas ao apagamento de sujeitos históricos e à presença de outros povos na região de Joinville, levam-nos a compreender as pesquisas atuais e os novos sentidos atribuídos à conjuntura histórica da presença negra em Joinville. Assim, busca-se problematizar historicamente a relação entre o trabalho escravo e a produção de açúcar em Joinville, de maneira especial no Beco do Caminho Curto, tendo em vista a historiografia local, que evidencia a presença de engenhos nas terras do Duque d'Aumale, nas imediações do rio Cubatão, na segunda metade do século XIX.

Isto posto, busca-se fundamentar reflexões partindo dos indícios sobre a história dos engenhos de açúcar, o trabalho negro escravo e a formação de uma comunidade remanescente de quilombos no Caminho Curto, bem como sua presença e protagonismo na história local e no patrimônio afro-brasileiro pertencente à comunidade quilombola. O percurso metodológico adotado neste estudo, para coleta histórico-documental das fontes primárias, baseou-se na análise qualitativa dessas evidências e de relatos de pesquisadores locais, por meio da história oral, que elucidaram a temática. Além do levantamento e da análise do *Jornal Gazeta de Joinville* são discutidas duas entrevistas realizadas pelo Projeto Beco do Caminho Curto⁴, utilizando a metodologia da análise do discurso e da História Oral.⁵ O artigo faz parte do dossiê Jornadas Mercosul. Busca-se, neste texto, trazer o olhar da área de história em uma perspectiva passado presente para analisar a presença e a importância das comunidades remanescentes de quilombos em Joinville.

2 O Beco do Caminho Curto e a presença quilombola em Joinville

A história oficial de Joinville priorizou a concepção de uma cidade de alemães e a imagem dos trabalhadores europeus que a conduziram à prosperidade. Guedes (2007) atenta-se para essas representações, afirmando que “esse estereótipo do joinvilense loiro é reforçado em várias [...] publicações e, principalmente, em material publicitário da cidade veiculado das mais diferentes formas” (GUEDES, 2007, p. 1-2)⁶. Apolinário Ternes, escritor e jornalista joinvilense, foi um dos grandes incentivadores dessa versão histórica de Joinville, dado todo o processo de colonização, e essas narrativas foram aceitas e tratadas como um fator verossímil na história da cidade. Ternes aprofunda, em sua obra sobre a colonização de Joinville, que o número de escravos em Santa Catarina era reduzido: “Em 1840 a população catarinense se limita a 67.218 habitantes, dos quais 12.580 de escravos e 54.638 de brancos e libertos” (*apud* GUEDES, 2007, p. 3).

Entretanto, para além da história oficial, que pode generalizar e omitir diversos fatos e percepções da história comum e local, Guedes (2007) analisou documentos que vão além daqueles produzidos pela administração da colônia, como cartas de sesmarias, atestados de óbito, registros de batismo e testamentos. Comparando registros de dados populacionais da Colônia Dona Francisca e de Joinville, entre o fim do século XIX e o início do XX, a autora destaca que houve falhas na computação de colonos, migrantes

4 O projeto realizado pelo professor Tales Vicenzi e pela aluna do curso de Psicologia Salete dos Santos Silva em setembro de 2019 no Beco do Caminho Curto teve o número de entrevistas originalmente proposto comprometido pela epidemia do Covid-19. Ressalta-se que o Projeto ainda se encontra inconcluso.

5 Ver: Alberti (2004).

6 Em Joinville, 18% da população é de etnia negra. IBGE, Censo Demográfico 2010.

e seus respectivos escravos. Ela ainda salienta que, ao comparar esses dados (registros oficiais) com os dados eclesiásticos, nos quais se inferiam a quantidade de escravos de cada família, fica perceptível que a população escrava ficava de fora das estatísticas, que compreendiam imigrantes que entravam na colônia ou saíam dela oficialmente por meio da companhia colonizadora. Dessa maneira, é possível concluir que a presença de escravos na Colônia Dona Francisca, considerando os dados e documentos não oficiais que a história contada ignorou, não era tão insignificante assim.

Releva notar que a ideia dos núcleos coloniais só surgiu no fim do Império, pois predominava a visão de que eles estimulariam a fixação dos imigrantes à terra, a garantia de povoamento e o desenvolvimento agrícola para abastecimento das zonas urbanas. Em termos gerais, parte expressiva dos imigrantes seria direcionada à obtenção de mão de obra para as fazendas de café (MAKINO, 1971-1974); no entanto, era preciso povoar algumas regiões do Brasil como uma forma de assegurar as fronteiras. Para Carneiro (1950), somava-se à política imigrantista dos cafeicultores, impulsionada pela legislação abolicionista, a política orquestrada pelo governo imperial, que tinha como objetivo principal criar núcleos coloniais de pequenos proprietários. A ideia baseava-se nos projetos colonizadores, iniciados com D. João VI, com a fundação de Novo Friburgo.

No caso das colônias agrícolas do sul, ocupar de fato esse território foi considerado tanto um problema político de exercício do poder como uma forma de tentar minimizar a carestia de alimentos nas cidades. O resultado foram as inúmeras colônias construídas na Região Sul durante o Império. Ademais, o período seria marcado pelos discursos de desertos demográficos que não levariam em conta as populações indígena e africana na região. Exemplo disso é um artigo de 1877 da *Gazeta de Joinville*, um dos primeiros jornais da cidade publicados em português:

É destarte que temos, ainda mesmo nos lugares que mais populosos parecem, grandes porções de território inteiramente desertas, ao passo que não temos em parte nenhuma lugares que, segregando-se dos habitados, esteja, de todos sem casos: isto é, esses vácuos de população dão-se nos centros dos lugares povoados, ou, em outros termos, grande mal, o verdadeiro mal – é a raridade da população. Aqui, nesta cidade, capital de uma província de primeira ordem, quem atravessa a Estrada Nova, vasta artéria que corta diversas freguesias há de deplorar sem dúvida encontrar de um e outro lado vastos terrenos que nunca sustentaram a parede de um edifício (GAZETA DE JOINVILLE, 1877, p. 10).

Segundo Coelho (2011, p. 55), os negros em Joinville já se faziam presentes desde o período colonial, ou seja, anteriormente à imigração europeia para a região na segunda metade do século XIX. Mediante o estímulo da imigração de europeus em meados de 1850 a Santa Catarina, e propriamente a Joinville, é notório o impulso de fazer com que essas localidades se apropriassem das culturas e dos costumes dos países de origem dos colonos. Sendo assim, a população negra continuou à margem das políticas econômicas e sociais do período, que se voltaram prioritariamente para os imigrantes.

Por outro lado, mesmo que a legislação pensada para os núcleos coloniais proibisse a escravidão, os proprietários de escravos e os colonos valeram-se de várias estratégias para burlar a legislação, como a utilização dos escravos de ganho (CUNHA, 2008). Nesse sentido, assim como em outras regiões do Brasil, a Colônia Dona Francisca contou com a escravidão para o avanço dos espaços agrícolas, e a produção de açúcar e de aguardente ocuparia lugar de destaque nesse processo. Ou seja, compreender a importância do cultivo da cana-de-açúcar e da produção de açúcar é fundamental para a problematização da ocupação negra e do trabalho escravo em Joinville. O viajante e imigrante prussiano Theodor Rodowicz-Oswiecimsky,

que chegou à região poucos meses após a fundação da colônia, destaca a cana-de-açúcar como uma cultura lucrativa: “A cultura da cana é considerada bom negócio, visto produzir, em 12 meses, uma boa colheita” (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 74).

Tem-se relatos de que há cerca de 130 anos existia beneficiamento da cana-de-açúcar em usinas na região do Beco do Caminho Curto. Nessa região há vestígios dessa história das populações negras em Joinville, pela presença de uma comunidade remanescente de quilombos que vive nesse espaço e também pelas estruturas dos antigos engenhos de açúcar. Contudo, dada a construção histórica, a colonização europeia na segunda metade do século XIX foi mais evidenciada no decorrer do tempo, fazendo com que se apagassem ou ficassem em segundo plano registros das populações afrodescendentes e do seu trabalho nos engenhos de açúcar. “Desde o princípio, era do interesse das elites locais destacar em seus discursos a ideia de que a colônia-cidade foi construída pelo trabalho dos imigrantes germânicos, provando assim a sua superioridade em relação aos demais grupos” (CUNHA, 2008, p. 109).

O objetivo dos dirigentes da colônia era destacar o papel de liderança dos imigrantes germânicos na gestão e no progresso da região. Por isso os estudos sobre os núcleos familiares dos afrodescendentes foram colocados em segundo plano ou silenciados. De acordo com Cunha (2008, p. 115), “não interessava igualmente aos senhores o nascimento de filhos entre os escravos, pois além de não serem necessários em um sistema de pequena produção, causariam grandes despesas”. A construção da cidade teve a contribuição e participação da população afrodescendente. A importância de “examinar uma maior variedade de evidências” (BURKE, 1992, p. 14) e trazer para o primeiro plano os sujeitos que habitaram e habitam o Beco do Caminho Curto, e que trabalharam na produção de açúcar, se torna peça-chave para pensar a história de Joinville.

3 A produção de açúcar e os indícios da escravidão em Joinville

O cultivo e a produção da cana-de-açúcar em grandes espaços territoriais eram comuns em diversas regiões do Brasil em meados do século XIX. Para tornar-se fonte rentável e gerar lucro, a produção açucareira desde o período colonial deveria basear-se em três princípios, como destacam Sossai e Coelho (2012, p. 35):

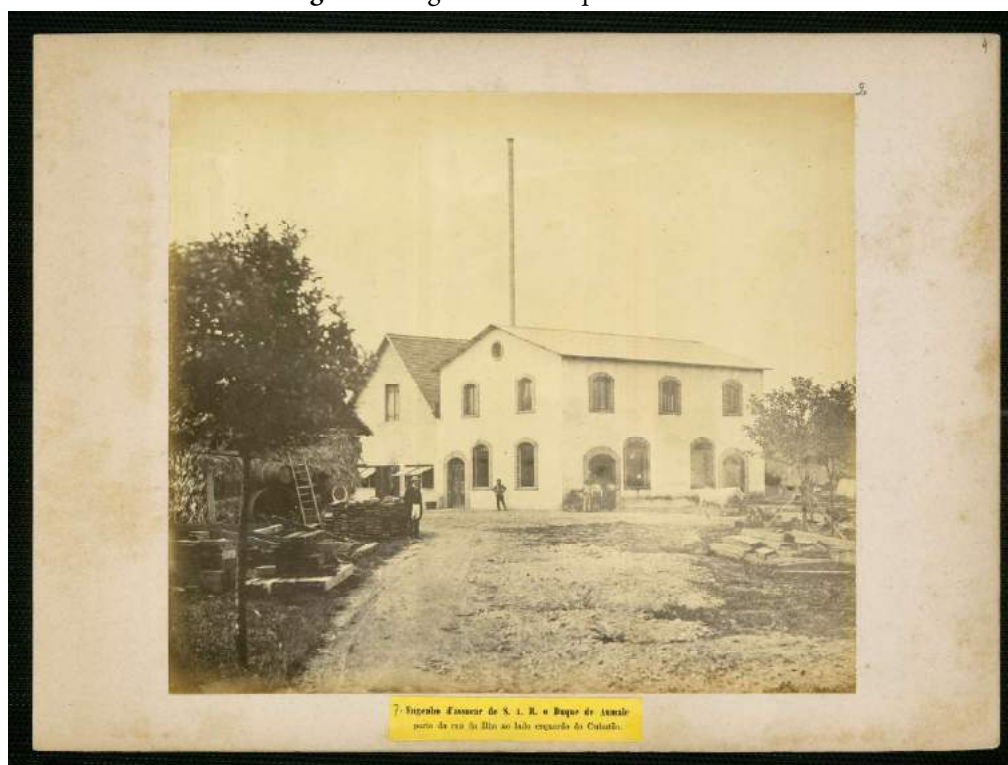
Monocultura (produção de um único gênero), latifúndio (em uma grande extensão de terras) e trabalho escravo (regime de sujeição para trabalho forçado). Outro componente de caráter político e jurídico era aí articulado, o denominado “pacto colonial”, sob o qual a metrópole detinha a exclusividade comercial sobre toda a produção agrícola de sua colônia. Em que pese o fato de esse modelo ter inspirado explicações historiográficas sobre a produção da cana-de-açúcar em regiões como, por exemplo, o nordeste brasileiro, bem como sobre a estrutural dependência externa do Brasil até o século XX.

Na região de Joinville, essas características coloniais herdadas no Império não se fizeram presentes integralmente, como seria o caso dos latifúndios e da monocultura. Ainda de acordo com Sossai e Coelho (2021), em muitas das regiões produtoras de açúcar existia uma forte dependência do mercado externo. Com a crise açucareira do século XIX, o Brasil voltou-se cada vez mais para o mercado interno (MEIRA, 2007). Santa Catarina, como um espaço açucareiro periférico, escoaria a sua produção quase que integralmente para o mercado regional. Seja como for, a produção açucareira brasileira não deixou de crescer ou de se escorar no trabalho escravizado. Mesmo após a legislação abolicionista que se esboçou a partir de 1850

com a lei n.581 e o fim do tráfico negreiro, a escravidão foi mantida nas colônias agrícolas e continuou a ser fator marcante da sociedade. No que tange ao trabalho escravo, não deveria haver relatos sobre a sua existência, uma vez que a criação da Colônia Dona Francisca, fruto de acordos políticos e econômicos entre o Governo Imperial e empresários hamburgueses, não aprovava o uso da mão de obra escrava, uma vez que um dos objetivos das colônias agrícolas era fomentar o trabalho livre (FERREIRA, 2019). Todavia, essa história oficial vem sendo discutida e novas perspectivas surgiram com a presença de remanescentes de quilombos no Caminho Curto.

Perto da localidade de Pirabeiraba, à margem esquerda do rio Cubatão, encontram-se vestígios arquitetônicos e históricos da existência de engenhos de açúcar nas terras de posse do Duque d'Aumale. Um desses engenhos seria apontado como a “maior e mais moderna fábrica de açúcar da Província de Santa Catarina” (SOSSAI; COELHO, 2012, p. 36). O empreendimento citado alterou significativamente a dinâmica e as transações comerciais, visto que sua pujança se valeu da produção de cana de outros agricultores próximos à localidade. Uma das vantagens do plantio e do cultivo da cana-de-açúcar era aproveitar as porções de terra que restavam da produção de outros grãos, ervas ou especiarias (feijão, milho, batata etc.). Com a colheita feita e conduzida até a fábrica, iniciava-se o processo de moagem, destilação e produção de aguardente e demais derivados da cana-de-açúcar. O engenho apontado foi fundado alguns anos depois da criação da Colônia Dona Francisca, como um acordo entre os irmãos Francisco de Orléans, príncipe de Joinville, e Henrique de Orléans, o Duque d'Aumale⁷.

Figura 1: Engenho do Duque de Aumale



Fonte: Niemeyer (1866, n.p.)

⁷ As terras faziam parte do dote da princesa imperial Dona Francisca, como estabelecia a Constituição de 1824. O acordo concedeu ao duque o domínio de terras na região de Pedreira, atual Pirabeiraba (FICKER, 1985, p. 197).

Em 24 de novembro de 1880, a *Gazeta de Joinville* destacou que o engenho não contava com braços escravizados. Ou seja, poderia ser tomado como um exemplo de que a civilização tinha “tomado o lugar da barbárie”. No entanto, o jornal não fazia menção aos fornecedores de cana do engenho. Logo, a não utilização do trabalho escravizado ficava restrita à fábrica e não necessariamente alcançava a parte agrícola do engenho. Segundo Ferreira (2019), a Fazenda Pirabeiraba, em 1883, possuía, além do engenho do duque, 200 pequenos engenhos para a produção de açúcar e de aguardente. Esses proprietários de engenho e lavradores arrendavam as terras do duque e forneciam a ele parte da cana necessária para o seu engenho de açúcar. Nesse caso, o trabalho escravizado foi adotado pelos lavradores brasileiros, principalmente por aqueles que se voltavam para a lavoura de cana e de mandioca. Ademais, foi usado nos serviços domésticos e no transporte de mercadorias.

Pouco a pouco, nota-se que os estudos sobre a escravidão e a população negra em Joinville vêm ganhando maior vulto. Um dos exemplos mais significativos foi a certificação, pela Fundação Cultural Palmares, da comunidade Beco do Caminho Curto como quilombola, em 2019. Além disso, as pesquisas desenvolvidas no âmbito das universidades da região têm levantado o debate sobre a importância da história das populações negras na região. Podemos destacar o projeto integrado de ensino, pesquisa e extensão com a comunidade do Beco do Caminho Curto, aprovado em fevereiro de 2018 na Universidade da Região de Joinville (Univille), o qual buscou levantar informações sobre as populações negras de Joinville que conseguiram o reconhecimento como comunidades remanescentes de quilombos (SOMMERFELD; NUNES; SOUZA, 2019). Como explica a pesquisadora Salete dos Santos, que integrou o projeto:

É porque, quando fala da entidade quilombola, naquele tempo os quilombolas se reuniam, não eram só negros da África, não eram só os escravos. Eram os índios, eram as pessoas oprimidas, os escravos brancos das fazendas, eles se juntaram tudo, se rebelaram, de tanto serem escravizados foram morar... Porque eles separavam muito os filhos, e pra você ter uma família, teu pai e tua mãe vendiam de escravo pra um, vendiam pra outro, e aqui eles não vendiam mais, eles emprestavam, alugavam escravo, porque veio da África. Os primeiros colonizadores trouxeram seus escravos, aí aqui eles alugavam porque não podia mais vender, ficou uma semente, um remanescente, foi ficando. É isso que a gente investiga, é isso que a gente busca, o projeto nosso aqui, da Univille trabalhar, reconhecer, porque tem uma raiz. A gente busca saber da história da comunidade⁸.

A escravidão em Joinville ainda é tema pouco estudado. Embora o Arquivo Histórico de Joinville possua documentação expressiva, algumas partes sombreadas dessa história ainda precisam ser mais bem estudadas. Nesse sentido, as metodologias que envolvem a história oral abrangem a possibilidade de identificar novos indícios. Como destaca Alessandra Cristina Bernardino⁹, que foi entrevistada pelo projeto: “Isso é o que as pessoas dizem em tal local tinha engenho de cana e de farinha, mas nós não fomos até lá para ver a pedra fundamental no que identifica né que aquele povo realmente trabalhou naquela questão, então é só através da história oral mesmo”¹⁰.

8 As entrevistas foram realizadas pelo professor Tales Vicenzi e pela aluna do curso de Psicologia Salete dos Santos Silva em setembro de 2019. Trata-se de pesquisa realizada pelo projeto integrado de ensino, pesquisa e extensão Caminho Curto, da Univille. As entrevistas foram gentilmente cedidas pela professora Sirlei de Souza.

9 Assistente técnico-pedagógica na Coordenadoria Regional de Educação de Joinville, foi professora na licenciatura em Educação Escolar Quilombola e integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB), de Joinville.

10 Entrevista realizada no dia 26 de agosto com a professora Alessandra Cristina Bernardino. A entrevista foi realizada pelo professor Tales Vicenzi e pela aluna do curso de Psicologia Salete dos Santos Silva. As entrevistas foram gentilmente cedidas pela professora Sirlei de Souza.

Pela escassez de fontes primárias escritas, as investigações quase sempre têm por base a tradição oral e o uso da arqueologia. As fontes produzidas pela História oral são fundamentais para recontar a História da Cidade e do Beco do Caminho Curto. Nas palavras de Alessandra Cristina Bernardino, “(...) esse primeiro documento então é só a oralidade mesmo “né” que aos poucos alguns aspectos Arqueológicos que se vai encontrar ali”. Ressalta-se, igualmente, a atuação do movimento negro durante todo o processo de repensar a identidade dessa comunidade e as possibilidades de resistência. Algumas das questões levantadas pelo movimento negro foram centrais nos resultados alcançado tanto na valorização do Patrimônio Cultural das populações negras como no avanço dos direitos das comunidades quilombolas. Para a professora Alessandra Cristina Bernardino, o movimento social negro,

tem papel primordial ele é relevante nesse processo, mas ele não tem força de lei, então o movimento social negro ele identifica as situações, as causas daquele problema, daquela situação, enfim e a justiça é que vai denominar o que vai acontecer se vai ser certificado, se vai ser certificada e regulamentada essa questão da terra, então é a justiça que vai definir, mas esse movimento social negro tem também a grande porta de possibilitar a justiça de identificar e ratificar esse processo, porque é ele que vai dizer, nessa comunidade existe isso, aquilo, tem esse vínculo, tem a mesma etnia que aqueles que estão lá e isso facilitam muito no processo, porque nós vemos resistência, a partir deles às vezes conosco e às vezes também com quem não é negro muito mais, e nós não podemos tirar essa razão porque historicamente nós sabemos que esse grupo, o grupo negro ele é totalmente discriminado desde a colonização do nosso país e continua sendo, principalmente mulheres negras e quando há mulheres na liderança isso ainda muito mais. Então esse processo do movimento social negro nas comunidades quilombolas ele é de suma importância para a ratificação da legislação da política pública para essas comunidades.¹¹

O reconhecimento da presença e da importância da comunidade negra na história de Joinville pode trazer uma nova forma de contemplar a cidade, ou seja, memórias e vestígios que saltam aos olhos nos espaços privilegiados ou se escondem nas entrelinhas dos livros ou nos espaços sombreados pelo poder público. Não é de admirar, portanto, o impacto da história que se revela pelas frestas mesmo nas cidades que evocam uma “apologia ao ser monocultural” (SIMAS; RUFINO, 2018, p. 18). Aliás, esses rastros de mulheres e homens negros guardam detalhes preciosos de uma história excepcionalmente mais rica que a história de Joinville, por exemplo, que privilegia somente o recorte da Colônia Dona Francisca e os relatos restritos à colonização alemã. Nesse sentido, revelar os outros atores pode aclarar a história de ruínas e povos que parecem, para alguns, perturbar a paisagem, mas que revelam a complexidade dos enredos que constroem a cidade.

4 Considerações finais

Por meio desta pesquisa, almejou-se problematizar a história oficial de Joinville, bem como os processos de apagamento da história de outras populações que ocuparam a região anteriormente à fundação da Colônia Dona Francisca. Nesse sentido, deu-se destaque ao trabalho escravo e à produção de açúcar em engenhos nos arredores da comunidade de remanescentes quilombolas do Beco do Caminho Curto, nas terras do Duque d’Aumale. As inferências da produção açucareira são indiscutíveis e constituem embates históricos atuais, tendo em consideração que propuseram grande fonte de rentabilidade *versus* a exploração de homens e mulheres escravizados.

11 Entrevista realizada no dia 26 de agosto com a professora Alessandra Cristina Bernardino. A entrevista foi realizada pelo professor Tales Vicenzi e pela aluna do curso de Psicologia Salete dos Santos Silva. As entrevistas foram gentilmente cedidas pela professora Sirlei de Souza.

Como se viu, os homens daquele tempo foram testemunhas de um processo de articulação entre imigração, agricultura e escravidão. Embora, em teoria, o dinamismo trazido pela imigração tenha definido a solução para o problema da mão de obra e da ocupação de algumas das regiões de fronteira, na prática, no que diz respeito às colônias agrícolas, não se pode afirmar que havia preocupação com a abolição da escravidão por parte dos administradores ou dos colonos. Nesse caso, mesmo que a utilização de mão de obra livre se revelasse numericamente mais expressiva, a colônia não deixou de usar escravizados.

Os escravizados e os libertos que habitavam a região desde o período colonial continuaram a fazer parte da Colônia Dona Francisca durante o Império. Havia a percepção sobre a importância da substituição completa do trabalho escravo pelo trabalho livre pelas próprias imposições da legislação abolicionista, todavia francamente subordinada aos interesses da agricultura e da elite local. Se a história da imigração europeia pautaria a história oficial, num extraordinário jogo de inversão, os indícios do passado têm apresentado uma história mais total, que quebra o silenciamento. Ao analisar a presença das populações negras no Patrimônio da cidade percebe-se, igualmente, um silenciamento quase absoluto quando se pensa no Patrimônios Cultural oficial. A ausência não é fato novo em uma cidade que privilegiou o discurso oficial da germanidade. Nos últimos anos, percebe-se que esses “nós difíceis de desatar”, como defende Machado (2018, p. 21-35), vêm recentemente sofrendo um processo de esgarçamento. Não se deve esquecer que a mácula da escravidão na história do Brasil foi silenciada em muitos lugares, e a história das populações negras continua sendo um tema sobre o qual muito pouco se escreveu em Joinville.

Contemplar as narrativas históricas permite entender a formação de um Patrimônio Cultural que impacta pela relação indissolúvel entre cultura, violência e resistência. Nesse sentido, discutir o protagonismo de outros atores pode ter o caráter de aclarar a história, revelando a complexidade dos enredos que constroem a cidade e o seu Patrimônio. Nessa imbricada rede que compõe a cidade já podemos perceber os avanços, como por exemplo, os casos como os do Cemitério do Imigrante de Joinville, que em 2009, por uma iniciativa do diretor da Casa da Memória, o historiador Dilney Cunha, e do movimento negro da cidade, geraram um rememoração através de um ato simbólico dos enterramentos de escravizados e libertos negros no Cemitério dos imigrantes.¹² As comunidades remanescentes de quilombos em Joinville convivem com uma realidade de intensa violência e ainda de fragilidade no reconhecimento da sua história e dos seus saberes como Patrimônio Cultural. Mas, o fato de percebermos a maior visibilidade das suas demandas e os embates em torno da história e do patrimônio oficial da cidade explicitam os emaranhados nessa teia que podem levar ao maior reconhecimento dos direitos das populações negras e o desembaralhar de uma história ainda silenciada.

Referências

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BURKE, P. (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

12 É preciso estar atento para a história do próprio cemitério e a sua desvinculação da história da escravidão e da presença das populações negras. O cemitério protestante fundado em 1851 na então Colônia Dona Francisca e, que foi oficialmente fechado em 1913, foi tombado em 1962 pela DPHAN – Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como um modelo padrão de cemitério nas regiões de colonização alemã de Santa Catarina (CARRASCO, 2019)

- CARNEIRO, J. F. **Imigração e colonização no Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950.
- CARRASCO, G. L. de A. Preservação de Artefatos Ornamentais de Ferro Integrados à Arquitetura Estudo de Caso: Cemitério do Imigrante, Joinville, SC. **Dissertação** (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- COELHO, I. **Pelas tramas de uma cidade migrante**. Joinville: Editora Univille, 2011.
- CUNHA, D. **História do trabalho em Joinville: gênese**. Joinville: Todalettra, 2008.
- FERREIRA, L. M. S. Terra, trabalho e indústria na Colônia de Imigrantes Dona Francisca (Joinville) Santa Catarina, 1850–1920. **Tese** (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- FICKER, C. **História de Joinville: Crônica da Colônia Dona Francisca**. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1985.
- GAZETA DE JOINVILLE, **Cultura da cana**. ano 1, n. 11, 4 dez. 1877.
- GUEDES, S. P. L. C. A escravidão em uma colônia de “alemães”. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007. **Anais** [...]. São Leopoldo, 2007. p. 1-9. Disponível em: < <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019.pdf> >. Acesso em: 17 julho 2021.
- MACHADO, D. F. Nós difíceis de desatar: reaberturas do passado e sobreposições de narrativas patrimoniais sobre a presença negra em Joinville (SC). **Confluências Culturais**, v. 7, p. 21-35, mar. 2018.
- MAKINO, M. Contribuição ao estudo de legislação sobre núcleos coloniais do período imperial. **Anais do Museu Paulista**, tomo 25, p. 79-129, 1971-1974.
- MEIRA, R. B. O processo de modernização da agroindústria canavieira e os engenhos centrais na Província de São Paulo. **História e Economia**, v. 3, p. 39-54, 2007.
- NIEMEYER, L. **Vistas fotográficas da Colônia Dona Francisca**. 1866.
- RODOWICZ-OSWIECIMSKY, T. **A Colônia Dona Francisca no sul do Brasil**. Joinville: FCC, 1992.
- SIMAS, L. A.; RUFINO, L. **Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.
- SOMMERFELD, L.; NUNES, P. A. M.; SOUZA, S. Certificação quilombola: o caso do Beco do Caminho Curto como uma questão de direitos humanos. *In*: SEMANA ACADÊMICA DE DIREITO DA UNIVILLE, 4., 2019. **Anais** [...]. 2019. p. 92-98. Disponível em: www.anpad.org.br/admin/pdf/GCT-D317.pdf. Acesso em: 17 julho 2021.
- SOSSAI, F. C.; COELHO, I. **Engenhos: fragmentos sobre a história da alimentação de Joinville**. Joinville: Editora Univille, 2012.

Submetido em: 14.06.2021

Aceito em: 19.07.2021